PATRIMÔNIO AO LÉU. DESTRUIÇÃO OFICIAL NOS CENTROS DE LARANJEIRAS (SE) E SÃO JOSÉ DO MIPIBU (RN)

Natália Miranda Vieira
Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFRN
vieira.m.natalia@gmail.com

Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle
Núcleo de Arquitetura e Urbanismo e Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - UFS
maria_cavalcanti@BauNetz.de

Rubenilson Brazão Teixeira
Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - UFRN
teixeira@ufrnet.br

RESUMO

Disfarçadas em ações de salvaguarda e desenvolvimento urbano, intervenções urbanas e arquitetônicas perpetradas por instituições oficiais de planejamento e preservação cultural no Brasil têm sido responsáveis por ações depredadoras do patrimônio coletivo, bem como da cultura imaterial a eles associadas. Este artigo objetiva contribuir para o entendimento da prática projetual aleatória e empírica da ação pública oficial como propagadora da destruição cultural entendida aqui como esfacelamento da identidade cultural, urbana e arquitetônica dos centros urbanos de Laranjeiras (SE) e São José do Mipibu (RN). O ponto focal da discussão é a demonstração da falta de conhecimento por parte da comunidade técnica de órgãos de planejamento urbano e de preservação patrimonial sobre as principais teorias da conservação e do restauro que fundamentam a intervenção no bem cultural, e da importância da sua integração com ações de desenvolvimento urbano. São demonstrados os impactos do: (1) Programa Monumenta em Laranjeiras, agente transformador do centro da cidade em cenários teatralizados que desfiguram vestígios de sua memória, história e cultura; (2) e da ocupação irregular da praça central de São José do Mipibu, que compromete a legibilidade do espaço urbano e arquitetônico desta área de uso coletivo da cidade e confronta as determinações da legislação urbana existente.

Palavras-chaves: Destruição patrimonial, ação pública, identidade cultural.

ABSTRACT

Disguised into preservation and urban development actions, urban and architectural interventions carried out by planning and cultural heritage official institutions in Brazil have been responsible for destroying the collective heritage as well as its associated intangible culture. This article aims at contributing to the understanding of the randon and empirical projectual practices of official institutions accountable for cultural destruction as well as the for the dismantling of cultural, urban and architectural identity of the urban centers of Laranjeiras (SE) e São José do Mipibu (RN). The focal discussion point is demonstrating the lack of knowledge of professionals working at public urban planning offices and boards for the preservation of cultural heritage as well as of the main theories of restoration and conservation which are the background underlying any intervention in the cultural built heritage as well as the value and importance of its integration with urban development actions and strategies. It is showed the

impacts of: (1) Programa Monumenta in Laranjeiras, in charge with transforming the city centre into theatrical sceneries and destroying evidences and witnesses of its culture, memory and history; and (2), irregular constructions in the central square of São José do Mipibu which disturb the legibility of the urban and architectural framework of this central collective area of the city without taking into account the existing urban legislation.

Keywords: Cultural heritage destruction, public action, cultural identity.

1 INTRODUÇÃO

A destruição do patrimônio arquitetônico e urbano de centros urbanos camuflada em ações de preservação cultural amparada e/ou tolerada por instituições oficiais e materializada em ações de agentes públicos e privados onde interesses políticos aliam-se à especulação imobiliária e pressão econômica tem causado danos irreparáveis à autenticidade da cultura material e imaterial de cidades contemporâneas. Por um lado, a produção de aparatos cênicos e a espetacularização teatral do patrimônio construído em centros urbanos têm produzido pastiches, cópias, imitações e reduzido a cultura arquitetônica tradicional e autêntica à fachadismos frívolos e enganosos que caricaturando seus valores históricos, nada ou pouco remetem ao seu valor artístico original. Por outro lado, observa-se também a apropriação indevida de espaços públicos e obstrução da leitura de conjuntos patrimoniais.

A lógica restaurativa patrimonial de grande parte de intervenções oficiais no patrimônio cultural brasileiro é decorrente do desconhecimento dos princípios de restauro e do despreparo profissional que torna o *restaurador* artífice de fantasias construtivas patéticas e banais sem veracidade artística nem legitimidade histórica. O mais grave, é que ao perpetrarem, permitirem e /ou tolerarem intervenções reconstrutivas e destrutivas no patrimônio arquitetônico e urbano nacional, incentiva-se o descaso para com a preservação patrimonial e a perpetuação da produção de um passado temático idealizado como estratégia de preservação cultural cujos alicerces frágeis são a construção de cenários ocos de significados em sua maioria completados, remendados e alterados grotescamente em seu estado e aspecto originais. No escopo deste artigo serão discutidos dois tipos de intervenções destrutivas oficiais:

1. A restauração *reconstrutiva* arbitrária, empírica e aleatória do patrimônio edificado de Laranjeiras (SE), cujo resultado cosmético e invasivo, descaracteriza o ambiente construído de seu centro comprometendo irremediavelmente sua identidade arquitetônica, urbana e cultural; e,

2. A ocupação irregular e indevida do espaço público do centro da cidade de São José do Mipibu (RN), que além de se apropriar de seu tecido e estrutura urbana tradicional ao ocupar uma área historicamente *non-aedificandi,* insere barreiras edificadas que

privatizam a praça central impedindo a visão e percepção do ambiente construído e de sua conformação físico-espacial, bem como pervertendo a natureza e valores sócio-culturais do lugar.

Este artigo é resultante de reflexões teóricas e conceituais sobre a relação entre intervenção urbana e preservação patrimonial e de pesquisas de campo sistemáticas realizadas pelos autores nos centros urbanos de Laranjeiras (SE) e São José do Mipibu (RN). Pela natureza específica de cada um dos casos estudados, foram trabalhadas duas bases teórico-conceituais que se apóiam na teoria moderna de conservação e restauro e na abordagem de conservação integrada ao planejamento urbano. Objetiva-se contribuir para o entendimento das causas, atores e da prática projetual arbitrária, aleatória e empírica da ação pública oficial como propagadora da destruição cultural entendida aqui como esfacelamento e fragmentação da identidade cultural, urbana e arquitetônica dos centros urbanos estudados. Numa perspectiva crítica e otimista, espera-se despertar na comunidade acadêmica e nos órgãos oficiais o interesse pela avaliação reflexiva de impactos, conseqüências e significados que intervenções dessa natureza acarretam.

2 LARANJEIRAS. RECONSTRUÇÃO EMPÍRICA E ARBITRÁRIA

Laranjeiras é uma cidade monumento nacional tombada em 1996, como *Patrimônio Arquitetônico e Paisagístico* e inscrito em 03 Livros de Tombo: *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (inscrição 111), *Livro de Belas Artes* (inscrição 604) e *Livro Histórico* (inscrição 538).

Figura 1 - Vista aérea do centro de Laranjeiras, Sergipe. Fonte: PML

O *Quarteirão dos Trapiches*, como passou a ser chamado um conjunto de edificações datadas do século XIX, localizado na Praça Samuel Oliveira e às margens do Rio

Cotinguiba, era formado por vários depósitos de mercadorias e alojamento de escravos trazidos do Recife e Salvador. Estas construções, sem recuos frontais e afastamentos laterais, apresentavam uma tipologia arquitetônica constituída por sobrados de grande simplicidade compositiva arrematadas por curtos beirais sobre cimalhas. A platibanda, tipo recorrente na arquitetura deste período, é encontrada apenas na pequena edificação térrea adjacente ao Mercado Público. De uma maneira geral o conjunto refletia a gramática eclética do final do século XIX onde as fachadas apresentavam um jogo compositivo de cheios e vazios com enquadramento simétrico e harmonioso das portas e janelas com sóbria ornamentação onde se destacam portadas em arco pleno, alvenarias de pedra, telhado em duas águas e cumeeiras paralelas à rua.

A decadência econômica decorrente do declínio da produção e comercialização do açúcar na região e algumas epidemias que assolaram a cidade provocaram o êxodo de parte significativa dos moradores para a capital, resultando no início de um processo de estagnação econômica da cidade e na desativação do porto de Laranjeiras. Grandes danos e descaracterizações foram causados ao *Quarteirão dos Trapiches* pelas enchentes do Rio Cotinguiba, especialmente a de 1962, e sucessivas transformações, adições e demolições decorrentes de reformas para atender à distintos usos. Ao final, abandonados, os edifícios se tornaram obsoletos, sem uso e sem conservação, e se transformaram em ruínas.

Figura 2- Ruínas do Quarteirão dos Trapiches. Fonte: PML (2006)

A Figura 2 mostra o *Quarteirão dos Trapiches* em 2006, antes da intervenção do Programa Monumenta (IPHAN-SE) para a instalação de um campus da UFS, em estado de conservação crítico com a maioria de seus edifícios completamente arruinados. A intervenção realizada considerou o tempo como reversível e procurou sem base científica, “ressuscitar” a aparência dos antigos armazéns resultando, como Ruskin estabeleceu em *A Lâmpada da Memória* (1880), em sua completa destruição. Erros brutais foram cometidos, tolerados e aprovados pelo IPHAN-SE, órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio tombado de Sergipe. Restando basicamente a caixa mural dos edifícios e internamente, ruínas de belas e robustas estruturas de pedra calcária, a intervenção resultou na mutilação de honrosos vestígios do patrimônio arquitetônico e urbano de Laranjeiras e na produção de uma imitação grotesca que valorizou uma pretensa unidade estilística. Pretensa, porque até

para se conseguir uma réplica convincente (*sic*), é fundamental, o conhecimento da história da arquitetura e o domínio das técnicas construtivas bem como das propriedades dos materiais tradicionais. Ao contrário, na fantasiosa reconstrução faltou simplesmente o saber e crítica ao "restaurador". Como afirma Viollet-le-Duc (2007: 49),

> Antes de mais nada, antes de ser arqueólogo, o arquiteto encarregado de uma restauração deve ser um construtor hábil e experimentado, não somente do ponto de vista geral, mas do ponto de vista particular; isto é, deve conhecer os procedimentos de construção admitidos nas diferentes épocas de nossa arte e nas diversas escolas.

Rejeitando categoricamente a reconstrução figurativa, a restauração moderna recomenda, quando ainda é possível, o resgate da unidade potencial da obra de arte. Entendendo o centro de Laranjeiras, seu traçado urbano, edificações e entorno como obra de arte, o *Quarteirão dos Trapiches*, constituía uma grande lacuna que interrompia o tecido figurativo da cidade cuja unidade potencial já não mais existia, visto que a substância arquitetônica se apresentava fragmentada e desfigurada formalmente como conseqüência do processo de deterioração do conjunto ao longo do tempo. O estágio avançado de arruinamento já não permitia a recuperação da integridade tipológica do conjunto nem a percepção da condição e caráter original dos edifícios, e, como argumentam Brendle e Vieira (2010), "ruína não se restaura". A reconstrução da maior parte das edificações do conjunto arruinado na tentativa de reverter a ação do tempo e trazer de volta o aspecto formal do passado provocou a perda da autenticidade do antigo *Quarteirão*, inserindo uma estrutura arquitetônica mimética sem valor histórico e/ou artístico. Cesari Brandi em *Teoria da Restauração* (1963) estabelece que nem na instância histórica nem na instância estética se pode legitimar o refazimento de uma cópia em substituição ao original, pois "a cópia é um falso histórico e um falso estético (...)" (BRANDI: 2004, 88). Este é o conceito de restauração ambiental, estabelecido por Brandi (2004) a partir de sua crítica ao refazimento do campanário de São Marcos em Veneza, que após seu desmoronamento total em 1902 foi reconstruído estilisticamente 10 anos depois. Segundo Brandi (2004), o mais importante era o resgate de um elemento vertical na Praça e não a sua reprodução exata.

> Se os elementos desaparecidos tiverem sido em si obras de arte, está absolutamente fora de questão que se possam reconstituir como cópias. O ambiente deverá ser **reconstituído com base nos dados espaciais** e não naqueles formais do monumento que desapareceu. Assim **deveria ter sido reconstruído *um* campanário em São Marcos em Veneza, mas não *o* campanário caído**. (BRANDI: 2004; 136-137) (Grifo nosso)

A alternativa à bizarra reconstrução mimética do *Quarteirão dos Trapiches* teria sido a sua reintegração volumétrica no centro de Laranjeiras e não a pretensa *reconstrução* da imagem artística dos seus edifícios.

Figura 3- Ruínas do *Quarteirão dos Trapiches* antes da intervenção do Programa Monumenta. As setas em vermelho indicam as únicas edificações não arruinadas. Foto: Rodrigo Baeta (2006).
Figura 4- O *Quarteirão dosTrapiches* de Laranjeiras depois da reconstrução. Foto: Klaus Brendle (2010)

Figura 5- Ruína do *Quarteirão dos Trapiches* vista da outra margem do Rio Cotinguiba.
Foto: Rodrigo Baeta (2006)
Figura 6- O design "medíocre" dos acréscimos "entalando" as colunas de pedra calcárias originais e impedindo a percepção espacial e tipológica do antigo conjunto. Foto: Klaus Brendle (2010)

Figura 7- Reconstrução mimética da fachada principal. Fotos: Diego de Padilha (2006 e 2009).

Figura 8- Imitação nos refazimentos estilísticos da fachada principal. Fotos: Diego de Padilha (2006 e 2009)

O *Casarão Rollenberg* e sobrado anexo constituíam unidades arquitetônicas e estruturas de parcelamento distintas como evidenciam a Figura 9. A intervenção, entretanto, transforma os edifícios em um bloco sob a mesma cobertura em quatro águas.

Figura 9- Foto aérea parcial, e detalhe da mesma, no centro de Laranjeiras mostrando os edifícios do *Casarão Rollenberg* e sobrado anexo. Fonte: PML
Figura 10- Foto atual dos dois edifícios sob uma única e forjada coberta de quatro águas.
Foto: Klaus Brendle (2011)

Figura 11- Sobrado anexo ao *Casarão Rollenberg:* encobrimento de alvenarias de pedra calcária originais, e imitação de cachorros de madeira. Fotos: Klaus Brendle (2010)

Figura 12- Destruição de alvenaria de pedra e vergas originais de madeira para construir imitações.
Fotos: Klaus Brendle (2010).

A ausência de prospecção e pesquisa arqueológica na intervenção impediu, entre outros, a compreensão da leitura do edifício e suas fases de construção, ignorando os vestígios reveladores de sua historicidade e composição construtiva e uniformizando com um reboco homogêneo, toda a fachada e suas aberturas irregulares tão visíveis na foto da década de 1970, onde se identificam (Figura 15) as diferentes secções da modulação e das pilastras.

Figura13- Sobrado anexo ao *Casarão Rollenberg*, década de 1970.
Fonte: Plano Diretor Urbanístico de Laranjeiras.

Figura 14- Reconstrução do sobrado anexo ao *Casarão Rollenberg*. Notar o detalhe (sic) em concreto sobre o capitel para nivelar a altura das pilastras dos dois edifícios, que são diferentes. Fotos: Klaus Brendle (2011).

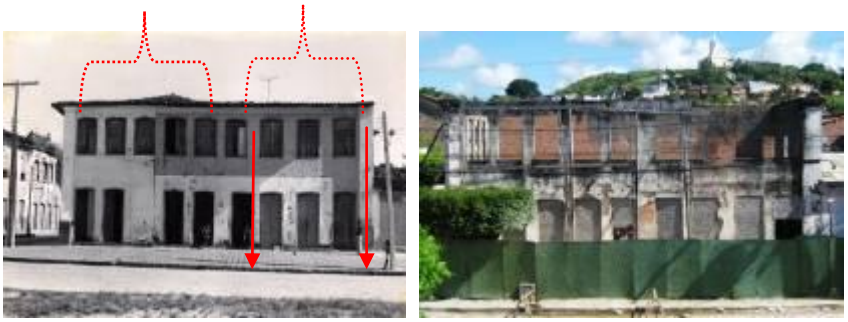

Figura 15- *Casarão Rollemberg*, década de 1970. Fonte: Plano Diretor Urbanístico de Laranjeiras.
Figura 16- Casarão em ruínas. Foto: Klaus Brendle (2010)

Figura 17- *Casarão Rollemberg* em reconstrução. Notar a coberta de quatro águas e os detalhes espúrios da nova fachada. Fotos: Klaus Brendle (2011)

A intervenção não revela qualquer preocupação com a legibilidade tectônica dos edifícios. Muros antigos de pedra calcária, de adobe e de taipa foram totalmente recobertos por argamassa de cimento, anulando qualquer vestígio de sua historicidade e processos construtivos. Os reforços estruturais são cirurgias primárias de amarração forçada do concreto com as antigas alvenarias. Após a "costura", a caixa mural do conjunto foi toda rebocada uniformemente não sendo possível identificar diferenciações construtivas e/ou modificações e acréscimos que revelariam a história de sua arquitetura e seu transcurso no tempo e no contexto de Laranjeiras. Viollet-le-Duc já alerta em *Restauração* (2007: 47), que os materiais danificados devem ser substituídos por outros de "qualidade superior", e também para a conceituação moderna da restauração do edifício "**não somente como aparência, mas como estrutura**". (Grifo nosso).

> ...mesmo quando se trata de bem pertencente ao Estado em que algum dos órgãos de preservação seja o responsável pelo projeto, não existe clareza, e às vezes nem mesmo coerência, nos conceitos utilizados. **Os trabalhos, em geral executados por empresas através de licitação, acabam por depender do preparo dos**

> **profissionais encarregados do projeto e da fiscalização da obra, pois a capacitação dos executores e o controle das obras normalmente deixam a desejar**. (KÜHL: 2009, 112) (Grifo nosso)

Teoria arquitetônica, segundo Kruft (1994) são princípios que fundamentam a formulação consciente do pensamento arquitetônico. A intervenção no bem patrimonial requer uma forte base teórica e conceitual, a integração com outras áreas de conhecimento (arqueologia, história, antropologia), o domínio da restauração como disciplina[1] científica, além da diplomação em Arquitetura e Urbanismo e áreas afins. A falta de preparo e a arrogância de profissionais sem competência para a elaboração de projetos de intervenção em áreas e edificações antigas têm tido efeitos desastrosos e segundo KÜHL (2009: 27), isto tem levado a uma atitude

> ...que tem sido comum por parte de alguns profissionais da arquitetura (e também de outras áreas) de desconsiderar os referenciais da restauração: uns porque simplesmente desconhecem a existência de uma reflexão sobre o tema, outros por depreciar formulações teóricas existentes através de pseudo-interpretações, apressadas de todo infundadas e equivocadas, se analisadas à luz de uma acurada crítica epistemológica.

Passados quase 100 anos da publicação do *Katechismus der Denkmalpflege* (Catecismo da Preservação de Monumentos) de MAX DVOŘÁK (2008: 67-68), ainda podem ser identificados no Brasil os "perigos que ameaçam os antigos monumentos" e que têm sua origem:

1. Na ignorância e negligência
2. Na cobiça e na fraude
3. Na busca descabida de embelezamento e renovação
4. Nas idéias equivocadas a respeito do progresso e das demandas do presente
5. Na busca descabida de embelezamento e renovação, na falta de uma educação estética ou uma educação estética equivocada.

3 SÃO JOSÉ DO MIPIBU (SJM). INTERVENÇÃO URBANA DESCARACTERIZADORA DO ESPAÇO URBANO E ARQUITETÔNICO

3.1 Contextualização histórica e a importância do centro histórico de SJM

A cidade de São José de Mipibu é uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Norte. Localizada no litoral oriental do Estado, uma das primeiras áreas a serem ocupadas pela colonização, o local onde nasceria a cidade era conhecida desde o longínquo século XVII. Era ocupado por uma aldeia indígena, que foi objeto da ação missionária na região, primeiro dos jesuítas, depois dos capuchinhos italianos, últimos missionários a trabalhar na missão antes de sua expulsão, em 22 de fevereiro de 1762, quando a então missão ou aldeamento indígena foi elevado ao título de vila, com o pomposo nome de São José do Rio Grande.

A antiga missão, transformada em vila, teve um crescimento lento, como demonstra um relato pouco animador de Henry Koster, viajante inglês que por ela passou em 1810[2]. A vila

é elevada ao status de cidade em 1845, acrescentando o seu antigo nome indígena, passando a se chamar São José de Mipibu, nome que permanece até nossos dias[3]. São José de Mipibu é, juntamente com Assu, uma das duas cidades mais antigas do Rio Grande do Norte, depois de Natal.

Depois de um crescimento relativamente importante a partir da segunda metade do século XIX graças a certa evolução econômica advinda com a produção da cana de açúcar, da qual a cidade e seu entorno era uma das mais importantes centros produtores na província, São José começou a definhar ainda no século XIX. A partir da década de 1940 a cidade retoma certo crescimento, visível a partir de dados populacionais. Entre 1940 e 1970 a população da cidade aumentou 133,29 %[4]. De 1970 aos dias atuais a população do município mais do que dobrou. Hoje, a cidade faz parte da Região Metropolitana de Natal, e tem uma economia fortemente alicerçada na agricultura, especialmente da cana de açúcar, bem como nos serviços.

No que se refere à evolução do espaço físico da cidade de São José de Mipibu, o seu centro, composto pelas praças desembargador Sales e monsenhor Paiva, compõem um conjunto arquitetônico-urbanístico de grande significado histórico para a localidade. Foi em torno desse espaço livre que a cidade foi formada e se desenvolveu ao longo dos últimos três séculos pelo menos. Ainda no início do século XX, a cidade se resumia a esses dois espaços centrais e ao seu entorno imediato, localizado num terreno elevado. É somente ao longo do século XX que a “cidade desce o morro”, em direção à BR 101 e a outros locais.

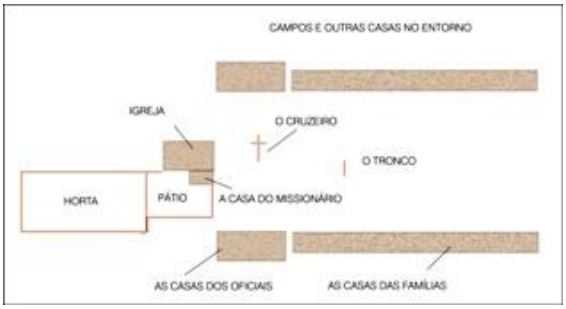

Figura 18- Esquema do aldeamento de São José de Mipibu. Fonte: BRAZÃO: 2009, 525.

A praça Monsenhor Paiva, situada em frente da igreja e após o cruzeiro, corresponde ao espaço mais antigo do núcleo urbano, grosso modo contemporâneo ao período da missão de Mipibu. Essa praça compõe, com a igreja, uma disposição que lembra a forma tradicional de uma missão. Tendo como base uma descrição, ainda que sucinta, do aldeamento feita pelo padre Aníbal de Gênova[5], último missionário capuchinho a trabalhar na missão de Mipibu, assim como a partir de outras fontes documentais, foi possível desenhar esquematicamente como deve ter sido esse núcleo inicial, segundo a Figura 18 acima. Ela é

típica dos aldeamentos ou missões de catequese de indígenas. O pátio ou espaço central diante da igreja corresponde, grosso modo, à atual praça Monsenhor Paiva. Em torno dela ficavam as precárias habitações indígenas, em geral de taipa e cobertas de palha. Com a elevação da missão ao status de vila, em 1762, o local sofreu uma "intervenção urbana" típica daquela época. Essa intervenção está na origem do espaço extremamente regular, transversal ao anterior, que o atravessa diante da Igreja Matriz de Santana. O cruzamento desses dois grandes espaços forma, com a igreja, uma cruz quando visto do alto.

Os casebres de taipa e de palha pertencentes aos indígenas sob catequese foram substituídos lentamente ao longo do tempo. Em seu lugar, casas de alvenaria ou mesmo de pedra começaram a surgir desde o início do século XIX, pelo menos. As posturas municipais de 10 de fevereiro de 1875 apresentam uma série de prescrições para os habitantes de São José de Mipibu, dentre as quais as relativas às habitações. O Art. 42, por exemplo, exige que os moradores construam fachadas "com cornija e porta" em terrenos vazios, quando localizados nas "ruas principais desta cidade". Ou seja, era preciso criar um "ar de urbanidade" nas áreas centrais, mesmo que somente através de fachadas, como num cenário de novela. A preocupação estética com a área central continua nos artigos seguintes. O Art. 45 exige a construção de calçadas de 5 palmos de largura (1,1 m) em frente das casas situadas nas mesmas ruas, e o artigo seguinte exige que as fachadas das casas localizadas ainda nessas ruas, pintadas em preto, sejam repintadas em outra cor, "para o aformoseamento da mesma cidade". As prescrições são sempre seguidas da determinação de multas e/ou prisão para quem as descumprir.[6]

Com efeito, as casas de melhor padrão eram aquelas de frente para as ruas e praças centrais, uma preocupação que era comum a muitas outras cidades. Em termos estilísticos, as casas seguem o percurso também comum a muitas outras cidades do período, no Rio Grande do Norte e em outras regiões do país. Ainda hoje, no entorno das duas praças, em que pese o processo fortemente destruidor do patrimônio arquitetônico de valor histórico da cidade, ainda é possível encontrar exemplares que se estendem do período colonial ao período neoclássico e eclético de nossa arquitetura residencial. São essas edificações que continuam, hoje, sob constante ameaça de desaparecimento ou de descaracterização de outra forma, como pela perda de sua visibilidade a partir dos espaços públicos.

Anfilóquio Câmara (1948) destaca como os mais importantes edifícios da cidade: a Igreja Matriz, a Prefeitura (antes era a casa de Câmara e Cadeia), o Mercado Público e, em menor freqüência, o matadouro, entre outros. A grande maioria desses edifícios importantes ficava, como de praxe, na praça central da cidade. Dois deles – a Casa de Câmara e Cadeia e o

Mercado Público desapareceram na década de 1930, precisamente num período em que, como mencionado anteriormente, o “desejo de modernidade” da sociedade local, a exemplo do que acontecia em todo o Brasil, tendia a ver nos edifícios remanescentes de épocas passadas símbolos do atraso. O desmonte somente não foi pior naquele período pelo fato de a economia da cidade ter estagnado entre as últimas décadas do século XIX até a o início da década de 1940. Em épocas mais recentes, o crescimento e certo dinamismo urbano aliado à pouca consciência da importância do legado deixado por gerações passadas, entre outros, têm ameaçado cada vez mais o que ainda resta desse patrimônio.

A legislação vigente da cidade reconhece, no entanto, a importância histórica e patrimonial da área em apreço. Uma rápida avaliação do parágrafo primeiro do Artigo 186 da Lei Orgânica, que menciona “a proteção do patrimônio ambiental natural e construído e o interesse da coletividade”; dos Artigos 32 e do 33 do Plano Diretor Participativo de São José do Mipibu (Lei Complementar n. 006, de 28 de junho de 2007), que tratam do macrozoneamento da cidade e definem a área em apreço como sendo de interesse histórico; e do Artigo 54 do mesmo Plano, que institui, entre outras diretrizes, a “utilização de tombamento visando à preservação de bens ambientais e históricos existentes, bem como o seu entorno num raio de 100,00 m (cem metros), ou conjunto arquitetônico e casarios”; são exemplos de que a legislação urbanística do município reconhece a importância patrimonial desta área.

3.2 O Centro de Eventos: contra-exemplo de intervenção urbano-arquitetônica

Recentemente, o centro histórico de São José do Mipibu sofreu uma intervenção urbano-arquitetônica bastante perturbadora do ponto de vista da conservação do valor patrimonial da área. Trata-se do projeto de um “Centro de Eventos” com o objetivo de criar um espaço para abrigar as barracas que funcionavam de forma desestruturada, comercializando principalmente roupas, calçados e artesanato, na Praça Desembargador Celso Sales. Estas barracas ocupavam o espaço onde hoje está sendo construído o referido centro. Alguns comerciantes hoje instalados em imóveis alugados no entorno da praça também passarão a ocupar o “Centro de Eventos”. O projeto foi desenvolvido com a maior parte dos recursos do Governo Federal, estando a obra em avançado estágio de construção.

O projeto arquitetônico do Centro de Eventos, com área de 764,50 m^2, ocupa a porção sudoeste da Praça Desembargador Celso Sales, permanecendo apenas a calçada de circulação nesse trecho. O projeto é composto por quatro blocos construídos em alvenaria em torno de um pátio central que será coberto com lona tensionada, segundo projeto

apresentado. Dois desses blocos são compostos por 10 boxes cada, um deles possui 8 boxes e o último inclui mais 4 boxes e dois banheiros adaptados.

Para proceder a análise do impacto da construção do Centro de Eventos na Praça Desembargador Celso Sales, sob o ponto de vista arquitetônico, urbano e paisagístico, utilizaremos os conceitos de autenticidade e integridade. Para tanto, apresentamos, primeiramente, uma breve conceituação e discussão sobre os mesmos.

Em busca de parâmetros para a defesa da diversidade cultural das áreas patrimoniais, os anos 1990 concentram grandes debates internacionais em torno do conceito de autenticidade (JOKILEHTO, 1995, p.17). A preocupação com a autenticidade, porém, não é uma novidade. Ela faz parte do debate desde o estabelecimento da restauração enquanto disciplina através dos princípios defendidos por John Ruskin. Neste, encontramos a centralidade da preocupação e defesa da autenticidade dos monumentos através da preservação de sua matéria original. A motivação de Ruskin para que esta autenticidade seja preservada é eminentemente moderna: o direito das gerações futuras terem acesso a este patrimônio original (RUSKIN, 1996, p. 16-17). A valorização ao passado é tão grandiosa neste autor que o impossibilita de conceber qualquer forma que seja de intervenção. As contribuições posteriores a este debate inicial aprenderão com Ruskin a valorizar a autenticidade e enfrentarão o desafio de, mesmo reconhecendo o papel central da autenticidade, buscar ações intervencionistas que coloquem os monumentos novamente em condições de uso pela sociedade contemporânea (RUSKIN, 1996, p. 5).

Além da autenticidade, o outro conceito fundamental para a identificação patrimonial é exatamente o conceito de integridade. A integridade está necessariamente relacionada às qualidades que são valorizadas em determinado ambiente. O documento intitulado *Operacional Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention*, de 2005, define a integridade como “a medida da completude e da não-alteração do patrimônio natural e/ou cultural, bem como de seus atributos” (UNESCO, 2005).

Jokilehto (2006) ressalta a importância do patrimônio edificado para a identificação desta integridade:

> A identificação espacial dos elementos que documentam essas funções e processos ajuda a definir a ‘integridade estrutural’ do lugar, referindo-se ao que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo. Esses elementos proporcionam um testemunho da resposta criativa e da continuidade nas estruturas construídas, fornecendo o sentido do conjunto espacial e ambiental da área (JOKILEHTO, 2006 – tradução nossa).

Jokilehto também levanta a importância da “integridade visual” que ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área. A partir da conceituação trabalhada por

Jokilehto (2006), em se tratando do aspecto material, é possível perceber a intrínseca relação existente entre a autenticidade e a integridade de determinado conjunto e o tipo de intervenção e o estado de conservação do mesmo.

No caso do Centro de Eventos em construção na Praça Desembargador Celso Sales, percebe-se uma situação bastante delicada. Do ponto de vista arquitetônico, a análise do casario do entorno indica que ainda existe um noção de conjunto, especialmente em algumas cabeças de quadra, apesar de ser corrente o processo de descaracterização dos imóveis em razão, principalmente, de sua adequação ao uso comercial e da colocação de letreiros que não consideram a leitura arquitetônica do imóvel (ver Figuras 19 e 20).

Figuras 19 e 20- O casario do entorno da Praça Desembargador Celso Sales. Na Figura 20, percebe-se o processo de descaracterização corrente. A Figura 19 apresenta um conjunto ainda bastante íntegro do ponto de vista patrimonial. Ressalte-se que o segundo prédio, da esquerda para a direita na Figura 19, corresponde à edificação onde funcionou o antigo cinema da cidade. Fotos: Natália Vieira, 2010.

Figura 21- Foto antiga do Centro de São José de Mipibu. Comparando com a figura 19, percebemos o quanto esta *cabeça* de quadra ainda se encontra preservada. Fonte: http://pelastrilhasdahistoria.blogspot.com/

Será exatamente esta área com maior potencial preservacionista, do ponto de vista de sua autenticidade e integridade, uma das que mais será afetada pela construção do Centro de Eventos em questão. As Figuras 22, 23 e 24 a seguir demonstram o prejuízo à leitura do conjunto decorrente da inserção da nova edificação. O mais preocupante é que a construção ainda se encontra sem a cobertura prevista, uma estrutura fixa, como especificado no projeto, que terá um gabarito de 10m em sua parte mais alta. O impacto que já pode ser observado nas figuras seria ainda maior. Além de obstruir a leitura do conjunto, a construção cria situações onde a autenticidade do conjunto histórico é prejudicada pela confusa “mistura visual” entre edificações históricas e a proposta contemporânea.

Figuras 22, 23 e 24- Vistas a partir da área interna do Centro de Eventos, ou seja, do miolo da Praça Celso Sales. As figuras 22 e 23 mostram o equipamento ainda na finalização da construção e a figura 24 já mostra o início de sua ocupação. Fotos: Natália Vieira, 2010 e Betânia Brendle, 2011.

Figuras 25, 26 e 27- Vista a partir da área interna do Centro de Eventos. As platibandas e/ou empena das edificações que compõem o casario antigo aparecem "montadas" na nova edificação. A última figura já mostra o equipamento em uso. Fotos: Natália Vieira, 2010 e Betânia Brendle, 2011.

Todos os representantes do Poder Público Municipal entrevistados[7] foram unânimes na argumentação de que a área já está muito descaracterizada e que não possui mais elementos preserváveis. Segundo o engenheiro civil Kleber Correia de Brito, ao reconhecer que a estrutura em questão tem impacto no entorno onde se insere, analisando a relação custo-benefício entre a necessidade do equipamento e a da preservação, o poder municipal chegou à conclusão de que o benefício era muito maior que as possíveis perdas. Foi destacada a problemática existente das barracas de camelôs que se instalam no local sem infra-estrutura nenhuma.

A partir da observação "in loco" da praça e seu entorno, e das entrevistas realizadas com comerciantes locais, vendedores das barracas provisórias e moradores, fica clara a real necessidade de uma proposta de melhoria da infra-estrutura para o funcionamento das barracas, que são conhecidas como "sulancas". A necessidade de solucionar o problema existente e o corrente processo de descaracterização do casario da área central, não são justificativas, entretanto, para embasar uma proposta do poder público que, ao invés de valorizar e promover a preservação do casario ainda remanescente, o agride e o obstrui. O Poder Público deve buscar uma solução conciliatória entre o problema infra-estrutural e a preservação desta área de interesse histórico e cultural.

Na análise sob o ponto de vista urbano e paisagístico, também se observa uma situação de tensão. O Centro de Eventos está sendo implantado em plena área da praça, modificando substancialmente a utilização e leitura do espaço urbano de importância histórica para a cidade.

Figura 28- Vista a partir de ruas que contornam a Praça Celso Sales. Fotos: Natália Vieira, 2010.

A partir da observação de imagens antigas do espaço urbano e paisagístico da Praça Desembargador Celso Sales, torna-se evidente a transformação decorrente da implantação da edificação do Centro de Eventos que obstrui a praça e, na verdade, apropria-se de parte dela. A Figura 28 mostra como o Centro de Eventos ocupa toda a largura de uma área da praça, restando apenas a calçada para a circulação de pedestres.

Figura 29 e 30- Vistas da Praça Celso Sales antes e depois da construção do Centro de Eventos. Mais uma vez percebe-se a agressão a autenticidade e integridade do espaço urbano que configura historicamente a cidade de São José do Mipibu desde seus primórdios. Fonte: (38) http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/galeria/displayimage.php?album=1&pos=1.
Fotos (39): Natália Vieira, 2010.

Quanto à feira, que ocorre tradicionalmente na Praça Desembargador Celso Sales e imediações, segundo entrevista feita com representantes do poder público, ela ocorre nos sábados na parte da manhã até por volta de meio-dia. Ao final da feira, a Prefeitura providencia varrição, coleta de lixo e lavagem da área de comercialização do peixe. Os representantes locais não sabiam da existência de autorização formal da feira, mas segundo pesquisa documental, ela existe oficialmente desde 1841, pelo menos. A situação de tensão existe também no tange ao uso da praça, uma vez que a construção do Centro de

Eventos, uma estrutura não desmontável, certamente diminui o espaço destinado à feira no mesmo local.

4 CONCLUSÕES

As intervenções nos centros de Laranjeiras (SE) e São José do Mipibu (RN) foram realizadas pelo poder público ignorando os princípios básicos da preservação patrimonial, as estratégias de sua integração com o desenvolvimento urbano, bem como os postulados modernos da conservação e do restauro. Contrariam ainda as recomendações de convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, expressas entre outras, nas cartas de Nova Delhi (1956), Veneza (1964), Washington (1986) e Lausanne (1990), que estabelecem a pesquisa arqueológica[8] anterior a qualquer intervenção restaurativa e no resgate da herança material e imaterial, na salvaguarda da obra de arte e do testemunho histórico.

Em intervenções criteriosas, a preservação cultural se alia e se integra ao planejamento urbano numa estratégia de desenvolvimento sócio-econômico onde o bem patrimonial é resgatado e recuperado de acordo com postulados e princípios contemporâneos da restauração patrimonial e preservação cultural. Em outras, como em Laranjeiras e São José do Mipibu, o Poder Público pratica a preservação retórica, e, revestido de autoridade institucional torna-se o principal, mais eficiente e mais rápido agente *des*truidor e *des*caracterizador dos centros urbanos, ignorando e/ou *des*conhecendo legislações urbanísticas e planos diretores, bem como a aplicação de parâmetros básicos da intervenção restaurativa patrimonial como os recomendados pela Carta de Veneza (1964) e Carta de Washington resultante de encontros de *experts* internacionais promovidos pelo ICOMOS, que não sendo normativos, orientam as decisões, posturas e legislações específicas de cada país. Esta intervenções ignoram ainda que a preservação patrimonial é também uma questão de planejamento urbano e de desenvolvimento sócio-econômico e cultural.

A ausência de formação especializada por grande parte do corpo técnico de órgãos de preservação patrimonial e de planejamento (IPHAN, Programa Monumenta, Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura, entre outros), sua inexperiência prática projetual e o *des*conhecimento reflexivo e incapacidade crítica de absorver e aplicar os postulados e ensinamentos dos principais teóricos da conservação e do restauro, de John Ruskin, Violet-le-Duc, Max Dvořak, Camillo Boito, Aloïs Riegl a Cesare Brandi têm, em alguns casos, deformado o alcance e os avanços da ação da restauração responsável, mutilado

monumentos, produzido estruturas fictícias e enganosas à semelhança ou à imitação de estilos pretéritos e destruído evidências arqueológicas que deveriam orientar a intervenção no bem construído.

A conservação da cidade enquanto depositária de histórias e estórias, lembranças antigas e recentes, exige a coragem de assumir a dialética entre o passado e o presente, e o compromisso ético da convivência harmônica entre o novo e o antigo. Como adequar o patrimônio urbano e arquitetônico dos centros urbanos contemporâneos e as estruturas e práticas sociais e econômicas que dão vitalidade às funcionalidades presentes sem causar sua destruição?

Em Laranjeiras, as intervenções no patrimônio edificado e urbano são camufladas em ações especulativas com um pseudo-interesse cultural que para cumprir programas político-partidários sem atender aos pré-requisitos básicos do processo restaurativo e da preservação cultural são manipulados por dirigentes que desautorizadamente induzem e conduzem a definição de posturas restaurativas miméticas e totais que ditam a reconstrução estilística dos bens arruinados antecipando-se aos pronunciamentos dos órgãos de preservação cultural que, para evitar maiores polêmicas ou por convergirem a um mesmo pensamento, patrocinam a “heresia” da re-produção de passados idealizantes. Equivocados, os técnicos e dirigentes vão mais além, iludem a população sobre uma pretensa recuperação de seus bens mais preciosos e que mais forte e dignamente poderiam sobreviver na memória e identidade imaterial da comunidade do que ser transformados em *falsos castelos,* produto de *falsas restaurações* que segundo DVOŘÁK (1916), “não possui valor memorial nenhum”.

A área na praça central de São José do Mipibu onde está sendo implantado um *Centro de Eventos* é reconhecida pela população local como de valor patrimonial e expressão da identidade cultural da cidade tendo sido classificada pelo Plano Diretor Participativo do Município como “Área de Interesse Histórico”. Existe efetivamente a necessidade de uma intervenção urbana que concilie e compatibilize os interesses sócio-econômicos com a preservação cultural, que também se expressa pelos lugares historicamente associados com a formação e evolução da cidade. A solução adotada se apropria do espaço público e ao mesmo tempo compromete definitivamente a preservação das características arquitetônicas e urbanas de seu centro.

Em Laranjeiras e São José do Mipibu, a pressão política e o marketing retórico empreendido por segmentos da sociedade vêm defendendo, no primeiro caso, posições conservadoras e há muito ultrapassadas, e, no segundo caso, propostas que preocupam-se apenas com a

funcionalidade em detrimento da autenticidade e integridade de áreas patrimoniais. Apesar de desprovidos de autoridade científica, estas ações foram mais eficazes que a comunidade acadêmica, na rápida produção de falsificações estéticas e/ou de obstruções à leitura do conjunto urbano-arquitetônico que comprometeram irremediavelmente a autenticidade e legibilidade do tecido urbano de seus centros.

REFERÊNCIAS

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália Miranda. **Nova arquitetura e preexistências: A contribuição contemporânea ao patrimônio da cidade**. In: Anais do XIII Congresso ABRACOR. Porto Alegre: 2009.

BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália Miranda. **Ruína não se restaura: a reinvenção do Quarteirão dos Trapiches de Laranjeiras.** In: Anais do III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios. Rio de Janeiro: 2010.

BARBALHO, Gilberto Guerreiro. **História do município de São José de Mipibu**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora NAP/S.A., 1960.

CÂMARA, Anfilóquio. **Cenários municipais (1941-1942)**. Natal: Oficinas do D.E.I.P., 1948.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da Preservação de Monumentos**). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

JOKILEHTO, Jukka. ***Authenticity: a General Framework for the Concept.*** In: LARSEN, Knut Einar (Ed.). Nara Conference on Authenticity – Proceedings. Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995. p.17-34.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e Idéias sobre conservação.** In: ZANCHETI, Sílvio Mendes/CECI/PPGDU-UFPE (Org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p.11-30.

JOKILEHTO, Jukka. ***Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context.*** In: City & Time 2 (1): 1. [online] URL:http://www.ct.ceci-br.org, 2006.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauro.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Coleção Pernambucana, Vol. XVII. Recife : Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

KRUFT, Walter-Hanno. ***A History of Architectural Theory from Vitruvius to the Present.*** New York: Princenton University Press, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MIPIBU. **Lei Orgânica do Município.** 03 de abril de 1990. http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/docs/lei_organica_sjm.pdf. Acessado em 28 de novembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MIPIBU. **Plano Diretor Participativo.** Lei Complementar n.006, de 28 de junho de 2007. http://www.saojosedemipibu.rn.gov.br/cidade_planodiretor.php. Acessado em 28 de novembro de 2010.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens**. **A secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal: EDUFRN, 2009.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **O Poder Municipal e as Casas de Câmara e Cadeia. Semelhanças e especificidades do caso potiguar** [mimeo no prelo].

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention.** Paris, 2005.

VIEIRA, Natália Miranda. **Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas.**. In: Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado. Salvador: 2008.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de Sítios Históricos: A transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

---

[1]Introduzida por Violet-le-Duc no verbete Restauração, do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle.* Paris 1854-1868, vol.8, pp.14-34.

[2] "A aldeia indígena de São José é construída em forma de um quadrado, podendo conter aproximadamente duzentos moradores, mas tendo todos os sinais visíveis de decadência. O capim cresce a grande altura no meio da praça, a igreja está abandonada, e a aldeia tem um aspecto melancólico. São José está sobre um solo seco e arenoso, e o rigor da estação talvez contribua para lhe dar essa visão desagradável". Essa estimativa da população do núcleo urbano de São José, feita por Henry Koster, que passou pelo local, deve estar equivocada, mesmo em se tratando de uma estimativa apenas do núcleo urbano (KOSTER: 1978, p. 86).

[3] Na realidade, o nome São José de Mipibu era freqüente pelo menos desde o início do século XIX, segundo vários manuscritos analisados. Ao que tudo indica, ele foi oficializado somente em 1845.

[4] Fundação IBGE, 1971., p. 35.

[5] GÉNOA [s.d.], p. 13-14.

[6] Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Posturas adicionais da Câmara de São José de Mipibu, Caixa 209, maço 21.

[7] Entrevista realizada em 29 de novembro de 2010 na Secretaria de Educação, Cultura e Desportos.

[8]Ironicamente, o próprio *Programa Monumenta* publicou em 1995, o *Manual I - Arqueologia Histórica*, apresentado para "suprir a necessidade de estabelecer procedimentos padrões a serem adotados pelo IPHAN, no que se refere às práticas de arqueologia e auxiliar seus técnicos a gerir os projetos de restauração e conservação de bens imóveis tombados".